

# REVISTA PORTO

---

Programa de Pós-Graduação em História da UFRN

Volume 1 | Número 1 | Dezembro 2011

**Esboços do Social:** trabalho, Estado e regionalização no Brasil no início do século XX

**Sketches of the Social:** employment, state and regionalization in Brazil in the early twentieth century

*Durval Muniz de Albuquerque Júnior*  
*Professor Titular do Departamento de História – UFRN.*  
*Doutor em História – Unicamp.*

Revista Porto 1 (1): 53-69 [2011]

Recebido em 23/08/2011. Aprovado em 25/09/2011.

Revista Porto

**Resumo:** O texto trata das principais mudanças sociais que foram responsáveis pela emergência de atitudes, gestos e falas regionalistas, no Brasil, no início do século XX. As mudanças nas relações de trabalho, a diferenciação regional das atividades econômicas e dos usos da força de trabalho, aliadas as políticas de intervenção econômica, política e territorial do Estado nacional, levaram a formulação de discursos regionais como aqueles que dariam origem a ideia de região Nordeste. Trata-se de pensar o papel do trabalho e do Estado no processo histórico de invenção de identidades regionais no Brasil.

**Palavras-Chave:** Estado. Regionalização. Nordeste.

**Abstract:** This article works the role of labor and the State in the historical process of the invention of regional identities in Brazil, addressing the major social changes in Brazil that were responsible for the emergence of attitudes, gestures and regionalisms in the early twentieth century. We thinks that the changes in labor relations, the uses of the workforce and the regional differentiation of economic activities, coupled with the policy of politic, territorial and economic intervention of the nation-state, led to the formulation of regional discourses that given rise the the idea of region in the Brazilian northeast.

**Keywords:** State. Regionalization. Nordeste.

## a) Trabalho e Regionalização

1920. Folheando o principal jornal paulista lemos:

[...] Incontestavelmente o Sul do Brasil, isto é a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul, apresenta um tal aspecto de progresso em sua vida material que forma um contraste doloroso com o abandono em que se encontra o Norte, com seus desertos, sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza e seu servilismo.<sup>1</sup>

Esta situação descrita pelo articulista coloca o separatismo como tema central dos discursos neste momento. Tanto as falas que partem de representantes do "Sul", como de representantes do "Norte" procuram diagnosticar as causas destas ameaças à unidade nacional, atribuindo, quase sempre, a culpa ao outro lado da disputa.

O fim das relações escravistas de trabalho e a questão da transição para o trabalho livre são detonadores não só da reordenação dos vários espaços do país, bem como são fundamentais para entendermos a emergência destes regionalismos cada vez mais militantes. A regionalização do mercado de trabalho com a abolição e a concentração do processo migratório no Sul, notadamente em São Paulo, induz a emergência de práticas regionalistas e querelas que atravessam todas as primeiras décadas deste século.<sup>2</sup> Para entendermos por que o Nordeste foi inventado na década de vinte, é importante nos darmos conta dessas alterações que se davam nas relações sociais, que se ligam diretamente à emergência de novas práticas regionalistas, seja no campo discursivo ou fora dele.

O estabelecimento de relações de trabalho diferenciadas, nas províncias do "Norte" e nas do "Sul" constitui um dos principais temas destes discursos, que procuram sedimentar solidariedades regionais em detrimento da solidariedade nacional. O favorecimento do "Sul" com ampla corrente migratória, a marginalização dos Estados que não podiam arcar por si próprios com uma política imigrante, levam a um acirramento nos discursos que falam em nome do Norte, de reivindicações de autonomia e até de separação.

Quem se nomeia representante do "Sul", como Deoclécio de Campos, busca justificar a concentração da política imigrante lançando mão, inclusive, de enunciados

<sup>1</sup> O BLOCO Político do Norte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 set. 1920. p. 4. c. 5.

<sup>2</sup> Ver GEBARA, Ademir. A Importância dos Estudos Regionais para as Ciências Sociais. In: GEBARA, Ademir et. al. *História Regional: uma discussão*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1987. p. 5.

do próprio discurso daqueles que se dizem "nortistas", colocando o clima dessa área como impróprio para o recebimento de trabalhadores europeus, já que a seca era usada pelos "nortistas", desde que esta emergiu, como uma boa arma política, no final do século XIX, para embasar reivindicações a nível nacional.<sup>3</sup>

O trabalhador nacional, livre, se colocara como a única opção para a substituição do escravo nos Estados setentrionais, enquanto esta substituição só se colocará para os Estados meridionais, notadamente para São Paulo, com a Primeira Guerra, quando a corrente de imigrantes europeus se reduz drasticamente, ao mesmo tempo em que a economia cafeeira enfrenta um período de expansão.

No final do século XIX e início do século XX, os discursos acerca do trabalhador nacional, se assentam sobre paradigmas evolucionistas e positivistas, levando a que este seja visto com maus olhos. O trabalhador brasileiro, o mestiço, é visto como um "primitivo", um incapaz para a "civilização técnica", "um braço degenerado e depauperado por sua própria constituição física e racial. Homem que sempre viveu nas fímbrias da escravidão e que agora se somava ao contingente de escravos, carregando todo o opróbrio que esta condição tinha lançado sobre o trabalho e o próprio trabalhador. A inferioridade do trabalhador nacional, do brasileiro, estaria inscrita na própria natureza. O pensamento naturalista garantia a inferioridade do nacional e incentivava a adoção da política imigrantista, como mais do que uma solução para a questão do trabalho, uma solução também para a própria constituição de nosso povo. O branqueamento da população por essa leva de ádvenas era a garantia de que teríamos, no futuro, condição de nos tornarmos civilizados, de vir a nos desenvolver tecnicamente, já que os mestiços e negros eram vistos como incapazes para a absorção de novos padrões de sociabilidade e não afeitos às novas relações capitalistas de trabalho que se implantavam. Ou seja, os mestiços e negros eram vistos como incapazes de se constituírem em sujeitos do processo de implantação da sociedade burguesa no país.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Ver CAMPOS, Deoclécio de. A Organização Econômico-Agrária do Brasil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1923. p. 2. c. 7; ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no Imaginário Nordestino (1877-1922)*. Campinas: UNICAMP, 1988.

<sup>4</sup> Ver VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Tomo I. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. p. 307.

A desqualificação do brasileiro pobre e a valorização do imigrante, que era o nódulo da própria legitimação da política imigrantista, levam representantes do "Norte" como Mário Pinto Serva, a considerar ser esta política o motivo de seu espaço estar ficando para trás na história do país, sendo desvalorizado por não contar com o sangue regenerador do trabalhador europeu. Esta política

era a negação da civilização, completa e fundamentalmente errada em tudo e só servia para plantar a desolação e o deserto *na Amazônia*, o abandono e a miséria social das populações do *Nordeste*, assim como a mais pútrida das corruções políticas e morais na *Bahia*.<sup>5</sup>

A invenção do Nordeste, que vem complicar esta polarização espacial entre Norte e Sul, é acompanhada de todo um esforço em repensar a questão do trabalhador nacional, bem como do próprio questionamento do pensamento naturalista, que reservava um lugar de segunda classe para os "nordestinos", por serem considerados inferiores em sua própria natureza, já que além de mestiços, sofreriam a ação deletéria do meio, também considerado por "sulistas", como Paulo de Moraes Barros, impróprio para a vida humana.<sup>6</sup>

A invenção do Nordeste ocorre num momento em que se está repensando a questão do trabalho e do trabalhador nacional, entre outros motivos pela escassez de braços que começava a ocorrer, notadamente, nas áreas economicamente em expansão como São Paulo. A necessidade de mão-de-obra coloca a migração interna como uma opção para o abastecimento de braços. Pode-se ler a partir de 1924, nos jornais paulistas, inúmeros artigos, que tratam desta questão.<sup>7</sup>

A década de vinte marca o início do processo migratório mais intenso para o Sul, principalmente, para São Paulo. As correntes de trabalhadores dos Estados setentrionais, notadamente aqueles assolados pelas secas, que haviam se dirigido em décadas anteriores para a Amazônia, começam a se dirigir, preferencialmente, em direção ao Sul, em busca de trabalho, não apenas na lavoura cafeeira, como também na própria

---

<sup>5</sup> Ver SERVA, Mário Pinto. As Reivindicações do Norte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 mar.1920, p. 5. c. 1.

<sup>6</sup> Ver BARROS, Paulo de Moraes. Impressões do Nordeste. *O Estado de São Paulo*, São Paulo. 10 ago.1923. p. 3. c. 8.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo: A COLONIZAÇÃO Nacional em São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 out. 1924. p. 4. c. 1; 16 out.1924. p. 4, c. 1.

indústria nascente. Estes movimentos migratórios são fundamentais para a própria reordenação das espacialidades no país. Áreas que praticamente se desconheciam e populações que pouco contatavam, embora compusessem o mesmo país, iniciam um contato e um conhecimento mais apurado. É nesse momento que muitos dos estereótipos que marcam os diferentes espaços e populações do país se gestaram. O contato com espaços e pessoas estranhas faz emergir imagens e enunciados que irão procurar reconhecer ou localizar esses dados novos da realidade.

Este contato dos "migrantes nortistas" com o "Sul" também ajuda na circulação de elementos culturais diferenciados que deixam clara a própria diversidade espacial do país.

As migrações levam à reordenação do espaço do país, com a disseminação de elementos culturais, do campo para a cidade, e em sentido contrário. O contato de pessoas das diversas áreas do país e suas diferentes maneiras de viver, sentir e pensar; o adensamento da população, em alguns locais, em detrimento de outros, levam intelectuais como Oliveira Vianna a considerar a migração como um dos maiores fatores de desorganização de nossa sociedade e de nosso povo. Segundo ele, a migração provocava a quebra dos laços de interdependência econômica entre patrões e servidores, tornando-os mais flutuantes e instáveis.<sup>8</sup> Embora sua formulação seja no sentido de evitar a migração e, com ela, a fluidez das relações sociais, formulação nitidamente conservadora, havia ainda outra preocupação nas falas de Vianna; era a própria reversão do processo de branqueamento das populações meridionais, com a chegada dos migrantes mestiços e negros provenientes dos Estados do Norte.

O primeiro grande grupo de migrantes que chega a São Paulo, por exemplo, era proveniente, em sua maior parte da Bahia, Estado de grande população negra. Talvez, por isso, o estereótipo do baiano acompanhe, até hoje, os migrantes provenientes dos Estados do Nordeste. Embora, como veremos mais adiante, este estereótipo, e a visão depreciativa que este significa para o nordestino, não se explicam apenas pelo preconceito de cor, mas, principalmente, por outros elementos que ajudaram a compor a imagem dos migrantes do Nordeste no Sul e que foram, em grande parte, fornecidos pelos próprios discursos "nordestinos".

---

<sup>8</sup> Ver VIANNA, Oliveira. Op. cit., p. 214.

A partir de 1924, em São Paulo, com a necessidade de mão-de-obra e o próprio projeto nacionalista de revalorização de nosso trabalhador, os discursos adotam como estratégia reforçar dois enunciados; o primeiro o do "valor do nacional", contestando a sua "imprestabilidade para o trabalho"; o segundo, o do "apego à terra natal dos nordestinos", que, apesar de ser sua terra uma "fornalha", só a abandonavam "transitoriamente". Percebem-se aí duas estratégias: ao mesmo tempo em que se revaloriza o trabalhador nacional, o nordestino em particular, trabalha-se apenas com a hipótese de sua permanência temporária. Considerando a paralisia do processo migratório como transitório, estes discursos reivindicam o abastecimento das lavouras paulistas de forma temporária, com os nordestinos, mas querem evitar que eles se fixem definitivamente, incentivando as migrações sazonais, porque o nordestino, mesmo sendo "válido para o trabalho", continua sendo visto como "uma Babel deprimida de tipos variados, que se embalam na rede, à espera que o verão passe, embora tenham qualidades latentes de energia e natural resistência, apesar dos fatores degenerativos que os assoberbam". O que se constata é que, entre o projeto de "revalorização do nacional" e os conceitos naturalistas, vai existir uma tensão constante.<sup>9</sup>

Em 1924, diante da demora no restabelecimento de uma corrente imigratória de grandes proporções, inúmeros artigos de jornal se colocam a favor da colonização nacional. Após se constatar o pequeno número de migrantes nacionais em comparação com os imigrantes aí residentes, estes artigos passam a trombetear as vantagens econômicas que São Paulo podia oferecer para quem a ele se dirigisse. Segundo estatística do Departamento Estadual de Imigração, em 1923, apenas 14.000 brasileiros haviam passado pela Hospedaria dos Imigrantes, dos quais 7.000 eram baianos, 4.500 eram mineiros e menores parcelas de outros Estados. Enquanto o salário nestes estados era de 1\$000 o dia de 12 horas em média, podendo baixar até 300 ou 200 réis, São Paulo pagava 1\$000 a hora. Além desse "generoso salário" os "paulistas" teriam a oferecer a todos os compatriotas "a hospitalidade e a simpatia" bem como a "real amizade".<sup>10</sup>

Diante dessa política agressiva de recrutamento de mão de obra por parte de São Paulo, os discursos de representantes das áreas mais afetadas pela migração adotam

---

<sup>9</sup> Ver BARROS, Paulo de Moraes. Op. cit.

<sup>10</sup> Ver A COLONIZAÇÃO Nacional em São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 out. 1924. p. 4. c. 1.

como estratégia denunciar "o despovoamento do país por ação de São Paulo", pois arraiais inteiros da Bahia e de Minas, principalmente os mais afastados estariam ficando despovoados com a ida de famílias inteiras para aquele Estado. Luiz Viana, por exemplo, constata que a predominância do baiano era tão grande entre os migrantes que por essa designação se conhecia todo "trabalhador sertanejo" da zona nova da cafeicultura. Em resposta, na imprensa de São Paulo, surgem discursos que tentam acalmar os "nortistas" lembrando o "apego extremado à terra" das populações do "Norte" que "ao primeiro boato de chuva no sertão voltava para o lar abandonado".<sup>11</sup> As práticas e argumentos regionalistas podem assim servir a diferentes estratégias, dependendo de quem as assume como sujeito. Um mesmo enunciado pode servir a interesses divergentes.

A década de vinte marca, pois, todo um repensar acerca do nacional, do brasileiro, bem como a emergência de práticas voltadas para o incentivo às migrações internas e o início do deslocamento de grandes grupos populacionais no país, afetando sobretudo a organização de seu espaço econômico, social e cultural. Essa questão já estava presente, no entanto, desde as décadas anteriores, como bem demonstra o sucesso do livro *Urupês*, de Monteiro Lobato, lançado em 1918, e, que aliava a discussão da questão do trabalho com a questão da nação, da constituição da cidadania e do povo brasileiro. Ele debate os dois projetos mais nítidos de construção da nação naquele momento: o que via no imigrante e no branqueamento o caminho para alcançarmos nossa maioria como nação e o outro que via no imigrante exatamente o perigo de nossa dissolução, da perda de nosso caráter, chamando atenção para a importância de se repensar o nacional.<sup>12</sup>

Essa discussão se acirra no pós-guerra, quando o segundo projeto ganha terreno em relação ao primeiro. O próprio Monteiro Lobato torna-se partidário da segunda solução, após se mostrar cético e criticar impiedosamente nosso "jeca" em seu livro *Urupês*. Graça Aranha ao escrever, na década anterior, *Canaã*, embora cantasse loas ao imigrante, já chamava atenção para o perigo da dissolução de nosso "espírito nacional",

---

<sup>11</sup> Ver VIANA, Luiz. O Norte e a Imigração Japonesa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 fev. 1929. p. 5. c. 1. e BARROS, Paulo de Moraes. Op. cit.

<sup>12</sup> Ver LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

com a não transmissão de nossas tradições linguísticas e culturais por parte dos ádvenas.<sup>13</sup>

Já em 1928, a zona nordeste do Estado de São Paulo era povoada majoritariamente por nacionais, cerca de 91,4% de sua população.

Frente à necessidade de atrair trabalhadores nacionais e de retificar sua imagem, o discurso regionalista paulista vai lançar mão, por exemplo, de outros enunciados do discurso regionalista "nortista", como aquele que mitificava o "sertanejo" e reivindicava atenção especial por parte dos poderes públicos a este símbolo da nacionalidade. O enunciado do sertanejo como um "trabalhador infatigável, semeador de energias adquiridas nas lutas contra as secas" é retomado e utilizado em novas estratégias, como a de valorizar aquele trabalhador para o trabalho no "Sul". Mesmo que "o folclore setentrional estivesse impregnado de saudade, que rebentava abundante e dolorosa das canções dos exilados", estes, "premidos pelas pragas das secas e da politicagem", demandariam em busca "das maravilhas do sul".<sup>14</sup>

Também, em 1928, com Macunaíma, Mário de Andrade marca a presença dos modernistas nesta discussão, através da sátira ao homem brasileiro bem como ao imigrante italiano. Ele chama a atenção para a ameaça que o arrivista, o estrangeiro significava, para a construção da nação. Colocava a oposição entre um pólo de organização do espaço como nacional e outro como invasor, como descaracterizador, como fragmentador, um problema que seria enfrentado por todos os países colonizados.<sup>15</sup>

Portanto, a questão do trabalho assim como as migrações é importante para entendermos as mudanças na sociabilidade, já que a saída das pessoas de seus espaços provocam a ruína de muitas das antigas relações sociais a que estavam submetidos, destruindo seus territórios existenciais, separando-os de seus códigos tradicionais de vida, trazendo-os para um espaço estranho onde têm que cartografar novas territorialidades, produzir com reminiscências, com lembranças de seu antigo espaço e o

---

<sup>13</sup> Ver LOBATO, Monteiro. Op. cit. e ARANHA, Graça. *Canaã*, Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia, 1949. p. 37.

<sup>14</sup> Ver VIANA, Luiz. Op. cit.

<sup>15</sup> Ver ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. 27. ed.. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas Ltda., 1991.

agenciamento de elementos da experiência e do encontro com esta nova realidade, novas identidades sociais e culturais.

A fluidez das novas relações, o contato com a cidade, com o mundo das mercadorias, com o trabalho assalariado, mesmo no campo, o encontro com populações diferenciadas, colocam a necessidade de elaboração de novos saberes, capazes de dar novos sentidos e significados a suas vidas, ao espaço onde se encontram e mesmo ao espaço de onde saíram. O encontro entre "Norte" ou "Nordeste" e "Sul" se acentua e, com ele, suas identidades e diferenças. O encontro entre "nortistas" ou "nordestinos" e "sulistas" os aproxima e os afasta, os mistura e os separa, mas, principalmente, requer definições, certezas acerca de quem é cada um, de como é cada um, fazendo emergir a necessidade da produção de um estoque de imagens e enunciados que os classifiquem, que lhes atribuam um lugar e uma identidade; assim os estereótipos regionalistas são paridos.

#### b) *Estado e Regionalização*

A década de vinte é marcada também pelo acentuado descontentamento com as instituições republicanas implantadas em 1889. Os regionalismos se intensificam à medida em que se busca construir novos projetos para a sociedade brasileira, bem como elaborar um novo modelo de Estado que superasse as deficiências apontadas pelos diferentes discursos regionais, que projetam sua remodelação. Mesmo em São Paulo, o Estado mais beneficiado pelas instituições vigentes, à medida que sua sociedade se complexifica, surgem diferentes vozes que se lançam à crítica das estruturas republicanas.

A organização republicana federalista e individualista, montada com a hegemonia paulista, consagrava as desigualdades sociais e regionais e sancionava a lei do mais forte. Este modelo excludente sai vitorioso no embate com os ideólogos positivistas do regime, que viam como tarefa fundamental do Estado republicano, a incorporação dos vários grupos sociais à vida institucional, a partir de cima. Possuindo uma visão voluntarista da história, os positivistas, cujo maior contingente encontrava-se entre os militares que implantaram o regime, achavam ser possível forçar a marcha da história da nação a partir da ação de uma vanguarda política bem organizada, homogênea, disciplinada. Construiriam a República como ponto de partida para uma

ação civilizadora que, partindo de cima, se estendesse a todos os grupos sociais, incorporando-os à cidadania, atribuindo um lugar a cada um na estrutura social, hierarquizando todos os órgãos que comporiam o organismo da nação.<sup>16</sup>

No entanto, não eram só os positivistas que achavam necessária a construção de uma nova nação para esta República. Mesmo entre os liberais, cuja matriz ideológica era basicamente evolucionista, advinda do darwinismo social, a temática do povo também se impunha, com uma preocupação voltada mais para a questão da constituição física, étnica, racial, da qual inferiam sua constituição psicológica e cultural. Enquanto a ênfase dos positivistas se dava no exercício de políticas civilizadoras, pedagógicas, em relação a esse povo, estudando seus costumes, suas tradições para integrá-las na elaboração simbólica da nação e da República, no discurso liberal, a valorização do povo como elemento político, esbarrava na realidade empírica de nosso povo, formado em sua maioria por mestiços e negros saídos recentemente da escravidão. Povo a quem esses ideólogos desprezavam, pois o consideravam estranho, despreparado, fanático, violento, criminoso, devasso. Como construir uma nação com estes elementos? Era uma questão central a ser resolvida pelos ideólogos do regime em seus primeiros momentos. Diferentes respostas foram dadas, mas a ênfase na questão do melhoramento racial pelo branqueamento, solução pensada pelos liberais, vai sobrepor-se à questão da educação pelo trabalho, pensada pelos positivistas, já que a imigração afasta os nacionais, num primeiro momento, do mercado de trabalho.<sup>17</sup>

Esta política de branqueamento é mais nitidamente defendida para aquelas áreas do país onde a presença negra é menor, como o "Sul". Com a Proclamação da República, o aumento da população e da miscigenação surgia, no discurso de intelectuais como Oliveira Vianna, o medo de que alguns "tipos cruzados" que estavam conseguindo conquistar o grau de bacharel ou doutor, se tornassem aptos a governar o país. O branqueamento da população, inicialmente da área meridional, projetava se estender a todo país, exercendo o que considerava a influência "civilizadora" da raça branca. O desprezo pelos elementos do "Norte", até por seus dirigentes, e sua subordinação no plano nacional é interpretado e justificado a partir dessas elaborações

---

<sup>16</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>17</sup> Ver VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 147.

naturalistas e racistas. Por serem inferiores, os "nortistas" deviam ser governados e não governantes.<sup>18</sup>

No século XIX, a consciência de classe e a consciência de raça se mesclavam. Com a abolição, estas fronteiras entre as classes e raças ameaçam se romper. O corpo do branco que se antepunha ao corpo do negro e que fora, até então, identificado com o corpo da nação, teria que se reafirmar, à medida que o negro legalmente tornou-se cidadão. A mestiçagem produziria toda uma camada de indivíduos, que, ao contrário do que ocorria anteriormente, não mais procurava se integrar aos valores brancos, temia-se que ao adquirir importância social e política tendessem à adotar atitudes de hostilidade em relação aos brancos. Por isso, formar a nossa raça tornava-se uma preocupação, à medida que estes grupos precisavam ser incorporados à nação. Como fazer isso? As teorias naturalistas e positivistas que viam nos mestiços e negros "bárbaros" e "degenerados", pessoas não aptas à civilização, parecem não dar conta desta tarefa, o máximo que faziam era acentuar a marginalidade destes extratos e usar, para seu controle social, antigos métodos que pouco se distanciavam daqueles da sociedade escravista e pouco dignificavam esta República. Enquanto foram outros grupos sociais emergentes como os industriais e comerciantes que precisaram ser integrados às instituições republicanas, sendo higienizados e disciplinados, estas teorias se mostraram, razoavelmente, eficientes, mas o rigorismo racista de seus preceitos tornava esses saberes incapazes de incluir estes novos elementos sociais, notadamente o mestiço pobre e o negro, nos seus projetos para o país e suas instituições.<sup>19</sup>

A construção de um Estado verdadeiramente brasileiro, uma preocupação crescente na década de vinte, ainda não estava presente no início da República. Só com a imigração em maior escala passa-se a bradar pela nacionalização dos costumes. A questão da assimilação dessa população advém ao corpo da nação e o nacionalismo tendem a se acentuar. Os discursos que, no início do século, consideravam as "classes produtoras" brasileiras um prolongamento da "elite europeia" e extensão de sua "cultura superior e civilizada", em detrimento dos "brasileiros" de origem africana ou mestiça, passam a elaborar uma nova identidade para "os grupos dirigentes", diante da enorme

<sup>18</sup> Ver VIANNA, Oliveira. Op. cit., p. 216.

<sup>19</sup> Ver ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, s/d. p. 30 - 31.

crise, não só econômica e social por que passam, como crise de valores, já que a Primeira Guerra pôs por terra a percepção da "civilização" europeia como o farol do mundo e trouxe um profundo sentimento de que aquela sociedade estava putrefata, se esgotando e sua cultura estava decadente.<sup>20</sup>

O começo da República é marcado por uma grande revolta contra o Império, que se expressa num sentimento anti-luso e numa aversão às populações saídas da escravidão. A República é pensada como o regime que deveria destruir os barbarismos luso-africanos e instaurar a civilização liberal ou positivista, cujos modelos vinham da Inglaterra ou da França, além das instituições americanas. Tanto liberais, como positivistas se insurgem contra o português, mas aspiram a ser europeus, construindo para si a imagem de uma elite branca, aristocrática e transplantada da Europa. Olhavam com desprezo o povo do país, tentavam modernizar os seus costumes e suas cidades a partir de elementos culturais, projetos arquitetônicos e urbanísticos, elaborados em Paris ou Londres. Abominavam a mestiçagem que ameaçava destruir esta auto-imagem. A imigração aparece não só como a grande saída para a questão do trabalho como para injetar civilização em nosso país e branquear a população.

Na batalha simbólica travada, no início da República, entre liberais e positivistas, em torno da imagem do novo regime, os liberais levaram a melhor, mas, agora no pós-guerra, a visão liberal do regime é cada vez mais contestada, principalmente, pelos "vícios" que esta permitia proliferar em suas práticas. Na visão liberal, para a construção da nação, era fundamental a existência do Estado, como a instância de confisco do direito de vida e de morte, para dentro de um aparelho judiciário que deveria impor o caráter universal da lei. O Estado deveria instituir o público como território separado do privado, confiscar a violência dos poderosos e se sobrepor a eles. As forças privadas no Brasil, no entanto, participavam do Estado, mas não o reconheciam como um poder acima de seus poderes particulares. Ao contrário, faziam dos lugares e posições que ocupavam no aparelho de Estado, propriedade particular e meio de reforçar o seu mando. O Estado e o poder privado conviviam sem estabelecer uma hierarquia nítida entre eles. Todos os poderes, longe de se integrarem

---

<sup>20</sup> Ver A FESTA de "Pae João" e a Nacionalização dos Costumes. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1929. p. 11. c. 4.

ao Estado ou com ele se articularem, procuravam se afastar e escapar, lançando mão da lei, apenas quando interessava para a vitória de seus interesses e a repressão aos descontentamentos das camadas populares, quando não o podiam fazer sozinhos pela violência direta. O Estado republicano tornava-se apenas a expressão direta dos interesses de um grupo privado, regional e de uma classe dominante, o que desvelava seu caráter discricionário e colocava a contestação a seu modelo na ordem do dia. A cidadania, que era um círculo de enclausuramento ligado ao mundo moderno, como o lugar social determinado pelo Estado e pelas relações de poder, era apanágio de uns poucos, ficando a maioria alijada do jogo político.<sup>21</sup>

As matanças entre famílias e parentelas, a violência contra os pobres e as atrocidades que estes cometiam, eram o efeito prático de uma mecânica de poder: de um poder que se exercia diretamente sobre os corpos; um poder que se reforçava, que se exaltava nessas suas manifestações físicas. Um poder que se afirmava como poder armado. Um poder ainda assentado em regras e obrigações de caráter pessoal para o qual a desobediência era sinônimo de hostilidade, um começo de sublevação, que não era diferente da guerra social. Um poder para o qual o desrespeito exigia vingança que incidia sobre a pessoa do desrespeitoso. Um poder discricionário, que protegia seus amigos e eliminava seus inimigos. Um poder que buscava amedrontar pelas suas aparições singulares, pelos seus golpes de força e não por uma mecânica sutil e insidiosa que penetrasse os corpos e fosse se alojar mais diretamente na "alma". Um poder que perseguia seus inimigos e não os punia sob a opacidade de uma legislação penal voltada para a punição de todos. Este poder convivia, no entanto, com toda uma legislação penal, civil, elaborada e copiada em grande parte de modelos "estrangeiros e civilizados". Mesmo estes códigos eram usados, no entanto, como armas pessoais e não como um estatuto que estivesse acima das pessoas. Legislação e práticas punitivas caminhavam lado a lado e se excluía em muitos pontos. Uma série de práticas tradicionais, muitas com marcas escravistas, alojava-se abaixo dessa legislação, em suas

---

<sup>21</sup> Para a relação entre Estado e Micropoderes presentes na sociedade ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. Sobre a visão liberal do poder: FOUCAULT, Michel. *La Verdad y las Formas Jurídicas*. México: Gedisa, 1983. Sobre o surgimento das noções de público e de privado ver: SENETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

fímbrias, atingindo todas as camadas sociais. Eram enormes as regiões de ilegalidades, os espaços não codificados pela lei na sociedade republicana brasileira. Estas regiões desacreditavam do império da lei e demandavam outros golpes de força e poder discricionários.<sup>22</sup>

A descrença no Estado liberal que, com a Primeira Guerra, se generalizou pelo mundo, vai dar margem à emergência de uma série de projetos autoritários para o país, sejam de esquerda, sejam de direita, ao longo da década de vinte, culminando com o movimento de 1930 e a estrutura de Estado que é aí implantada. Nestes projetos a ênfase positivista na integração do povo à nação volta a ser uma preocupação, bem como o caráter intervencionista e civilizador do Estado é acentuado. Tanto nas formulações de esquerda como de direita o Estado será visto como uma instituição tutelar que se contrapõe ao modelo de mercado liberal. Pensadores como Alberto Torres, Silvio Romero, Oliveira Vianna, Alfredo Ellis, Fernando Azevedo consideram o Estado liberal não adaptável ao Brasil, por razões de herança étnica ou de herança cultural, já que nossa formação seria comunitária e não particularista. Seríamos mais sujeitos ao mandonismo, à oligarquia e ao clientelismo, só combatidos com a presença de um Estado forte, dirigente, que produzisse a verdadeira unidade nacional, acima dos particularismos e regionalismos, construindo nossa identidade enquanto nação, acima das diferenças de raça, de classes, de costumes, de regiões, aparência e de falares.<sup>23</sup>

Estes projetos totalitários se preocupam com a dissolução dos laços comunitários, com a desterritorialização provocada pela emergência do mundo urbano-industrial no país. No pós-trinta, estes intelectuais autoritários e reformadores se alojam no aparelho de Estado, usando-o para bloquear transformações mais radicais na estrutura social e de poder, que viessem alijá-los definitivamente. São eles os grandes artífices do projeto autoritário, que busca conciliar modernização e progresso com a manutenção das antigas relações sociais e de poder no país, da conciliação entre o moderno e o tradicional em todos os planos da sociedade no pós-trinta. Os reformadores vão acenar, principalmente, com a ampliação da burocracia do Estado, como forma de

---

<sup>22</sup> Ver sobre a transição do poder espetacular para o poder disciplinar: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.

<sup>23</sup> Ver NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiros em sua Própria Terra*. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado em História, 1991. p. 164.

cooptar e garantir a incorporação dos grupos deserdados pelo processo de mudanças em curso, tentando, a partir das instituições, sabotar o processo de mudanças.<sup>24</sup>

Para autores como Vianna, a nova sociabilidade advinda da industrialização, da urbanização, bem como da República e da abolição significava um terremoto nas estruturas do país, dando origem a uma "plasticidade social amedrontadora". Todas as hierarquias e fronteiras pareciam ruir, os espaços sociais se embaralhavam, tornando necessária uma política de ordenamento, de imposição da autoridade sobre a anarquia: para isso, era fundamental a elaboração de um saber, capaz de conhecer integralmente as "leis" que regiam nossa formação política e social, nossa identidade, e capaz de organizar nossa memória, resgatando a nossa singularidade em relação às outras nações. Era preciso empreender estudos monográficos locais que não estivessem preocupados com as "leis gerais de evolução da humanidade", como fizeram positivistas e evolucionistas do século anterior, mas era preciso buscar, a partir destes mesmos paradigmas, as nossas leis de formação, estudar a evolução particular do nacional, estudar nosso povo em sua gênese. Conhecermo-nos a nós mesmos, passa a ser a grande regra que orienta os diferentes discursos.<sup>25</sup>

Para Vianna, a preocupação liberal com a liberdade só se aplicava ao Brasil num período posterior ao estabelecimento do império da autoridade. Estes pensadores autoritários, diante da anarquia que detectam em nossa sociedade, vão reivindicar a construção de um Estado capaz de unificar o país fragmentado. Toda uma reação aos regionalismos se localiza nesse pensamento. O Estado deveria ser a consciência da unidade do país. Só ele podia ossificar a nacionalidade pela disciplina e pela educação moral. Só ele podia dar caráter ao país. Só um governo forte consolidaria a nacionalidade e sua ordem jurídica. Esse governo devia ser exercido por uma "aristocracia natural", à medida que o país, segundo Vianna, não possuía uma aristocracia de raça, nem de classes. E o que seria uma "aristocracia natural"? Era a aristocracia nascida da riqueza, do dinheiro e da inteligência, o que credenciava os grupos dirigentes do Centro-Sul, aos

---

<sup>24</sup> Ver MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979. p. 56.

<sup>25</sup> Ver VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 283 - 285 e p. 41-42.

quais Vianna estava ligado a ser esta "aristocracia" que deveria "naturalmente" governar o país.<sup>26</sup>

Essa valorização da União em detrimento do federalismo, que será o cerne da estrutura estatal pós-trinta, provoca reações tanto no campo intelectual, como no político daqueles que temiam a perda de seu espaço e de seus privilégios com a construção de um Estado forte, sob a hegemonia de uma dada "região". É o caso dos que falam em nome do "Nordeste", que veem na proposta centralizadora o estabelecimento definitivo da hegemonia do "Sul".

São estas demandas de poder, estas lutas intestinas à própria "nação" que dirigem a adoção de correntes de pensamento e artísticas de caráter internacional. As ideias vão estar sempre no lugar, à medida que são agenciadas para justificar mudanças ou permanências no campo político, social, econômico e cultural. A leitura que autores como Ellis, Vianna, Cassiano Ricardo fazem do pensamento autoritário europeu de cunho fascista, em que se enfatiza mais uma vez a questão da raça, da aristocracia racial, em detrimento das questões sociais, é dirigida pelas estratégias que regem seus projetos de dominação, assim como a contestação do pensamento naturalista na obra de Gilberto Freyre tem como lastro a própria recuperação da imagem do "nordestino" e de seu meio, buscando legitimar-se pela superioridade de sua tradição cultural, em detrimento de sua "inferioridade racial".

Este pensamento autoritário opõe à ideia de indivíduo liberal a noção de povo, como uma comunidade de sentimentos, cultural e psicológica. Os grandes aglomerados humanos são pensados como uma totalidade a ser individualizada e educada por intelectuais treinados especificamente para tal função. Mesmo em algumas formulações de esquerda vai se acentuar essa ênfase ao coletivo, ao social, eclipsando saberes preocupados com o indivíduo e enfatizando os saberes sociológicos, históricos, antropológicos. Todos eles se preocupam em penetrar a "aparência do social", em encontrar para ela explicações e as "leis" que ajudam a gerir e dirigir o social. As técnicas e práticas de identificação e controle dos indivíduos, desenvolvidos na Europa no século XIX chegam ao Brasil, à medida que o controle das massas urbanas se torna

---

<sup>26</sup> Idem. *Populações Meridionais do Brasil*. Tomo II. 5. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. p. 429 e p. 392 - 399.

uma preocupação. Elas ajudavam o Estado no combate ao perigo que as massas representavam. A modernização do Estado leva à adoção das técnicas e saberes da biotipologia, da caracteriologia, da criminologia, da biopsicologia, da medicina, do serviço social, da sociologia, da antropologia. Saberes que se voltavam para visualizar, nas multidões, os tipos sociais patológicos e, ao mesmo tempo, construir os tipos sociais desejados. A governamentalidade da multidão com a superação do uso apenas da violência explícita passa a ser uma preocupação, principalmente, diante das nossas realidades tão distintas.

No campo das artes, vista também como partícipe dessa construção da nova nação do pós-guerra, com a destruição dos padrões anacrônicos, ornamentais de uma cultura centrada no campo, na família, no grupo comunitário e na importação acrítica de modelos, o modernismo seria decisivo no sentido de abrir o campo cultural para a discussão também de novos projetos para o país. No entanto, para Antônio Franca, se o modernismo deu origem a movimentos reacionários como o Verde-Amarelo, a Anta, cujos participantes se encaminham para o integralismo na década seguinte, esse fato se explica porque os modernistas usaram as formas modernas de expressão, para veicularem velhos conteúdos. O modernismo, que para uns tinha o sentido de libertação da forma e renovação do conteúdo do que seria o nacional é, para outros, a simples deformação da forma para esconder e preservar o velho conteúdo elitista e reacionário do nacionalismo pré-modernista, nacionalismo xenófobo que mascarava o comprometimento colonialista com as forças internacionais.<sup>27</sup>

Esta preocupação em construir uma nova nação, incluindo o povo como cidadão, num novo projeto de República e sua inserção no processo cultural do país, vai dar origem a um novo conjunto de saberes e práticas sociais, de novas regras de produção de discursos e de imagens que chamaremos de *formação discursiva nacional-popular* gestada nesse pós-guerra. Essa nova formação discursiva, no entanto, estava subordinada ainda ao que chamaremos de *dispositivo das nacionalidades*, que desde o século XIX, colocava o problema da nação como uma questão a ser resolvida, e com ela, a própria questão das regiões e regionalismos e o lugar destes na nação.

---

<sup>27</sup> Ver FRANCA, Antônio. Democratização da Cultura. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07 abr. 1945. p. 4. c. 1.